

## ÍNDICE GERAL

<b>TÍTULO I. O PROCESSO COMUM DE DECLARAÇÃO</b>	
<b>FASES E TRAMITAÇÃO</b>	13
<b>CAPÍTULO I. EXERCÍCIO DE DIREITOS PROCESSUAIS.</b>	
<b>MEIOS. FORMAS. PRAZOS</b>	15
1. Espécies de ações quanto ao fim	15
2. Formas de processo declarativo	17
2.1. Algumas formas de processo especial	18
2.1.1. Processos especiais e procedimentos declarativos previstos no CPC	18
2.1.2. Processos especiais previstos em legislação avulsa	19
2.2. Ação de despejo e procedimento especial de despejo	21
2.3. Ação declarativa especial para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos e injunção	23
2.4. Enxerto cível em processo penal	28
2.5. Procedimentos especiais de direito europeu	31
3. Meios alternativos de resolução de litígios	36
3.1. O processo na arbitragem voluntária	36
3.2. O processo nos julgados de paz	38
3.3. O processo na mediação civil e comercial	42
4. Exercício de direitos processuais	44
4.1. Prescrição e caducidade	44
4.2. Prazos para a propositura de ações	49
4.2.1. Ações previstas em normas de direito substantivo	49
4.2.2. Ações previstas em normas de direito adjetivo	50
4.3. Prática de atos processuais. Oportunidade. Meios	52

4.3.1.	Prazos processuais. Noção. Função. Espécies. Prazo supletivo	52
4.3.2.	Contagem. Regra da continuidade	56
4.3.3.	Prorrogação. Dilação	58
4.3.4.	Prática de atos fora do prazo. Exceções à regra da preclusão. Prazo de complacência. Multa e respetiva liquidação	59
4.3.5.	Justo impedimento	60
4.3.6.	Prazo para o pagamento das multas e custas processuais	63
5.	As fases do processo declarativo comum. Enunciação	64
CAPÍTULO II. OS ARTICULADOS		67
6.	Os Articulados	68
6.1.	Noção. Função	68
6.2.	Nomenclatura. Classificação	69
SECÇÃO I. A PETIÇÃO INICIAL		70
7.	A petição inicial	70
7.1.	Definição. Objeto. Iniciativa	70
7.2.	Apresentação a juízo. Requisitos. Taxa de justiça. Forma externa	71
7.2.1.	Formas de apresentação a juízo. Suporte digital	71
7.2.2.	Requisitos. Indicações obrigatórias	72
7.2.3.	Taxa de justiça	73
7.2.4.	Forma externa	75
7.3.	A causa de pedir	76
7.3.1.	Noção. Modalidades	76
7.3.2.	Ónus da alegação. Integração da causa de pedir	79
7.4.	O pedido	87
7.4.1.	Noção	87
7.4.2.	Modalidades	88
7.4.2.1.	Pedidos alternativos	88
7.4.2.2.	Pedidos subsidiários	90
7.4.2.3.	Pedidos cumulativos	92
7.4.2.4.	Pedidos genéricos ou ilíquidos	94
7.4.2.5.	Pedidos de prestações vincendas	98
7.5.	Vícios da petição inicial	101

7.5.1.	Vícios formais. Controlo externo	101
7.5.2.	Recusa da petição. Impugnação. Benefício concedido ao autor. Apresentação de nova petição	101
7.5.2.1.	Recusa pela secretaria	101
7.5.2.2.	Recusa informática	102
7.5.3.	Ineptidão	103
7.5.3.1.	Causas	104
7.5.3.2.	Controlo. Oportunidade. Sanação. Indeferimento liminar	106
7.5.3.3.	Benefício concedido ao autor. Apresentação de nova petição	109
7.6.	Registo de ações	109
8.	A citação	111
8.1.	Noção. Função	111
8.2.	Oportunidade e lugar	112
8.3.	Regra da oficiosidade. Exceções. Despacho liminar prévio	113
8.4.	Modalidades da citação	114
8.4.1.	Citação de pessoas singulares	114
8.4.2.	Citação de pessoas coletivas	116
8.5.	Efeitos	117
SECÇÃO II. A CONTESTAÇÃO		126
9.	A contestação	126
9.1.	Noção. Modalidades. Prazo. Forma externa. Controlo formal	126
9.1.1.	Noção. Modalidades	126
9.1.2.	Prazo. Apresentação a juízo	127
9.1.3.	Notificação ao autor	129
9.1.4.	Forma externa. Ordenação de matérias. Requisitos	129
9.1.5.	Taxa de justiça	132
9.1.6.	Controlo formal externo	133
9.2.	Ónus da contestação. Revelia. Consequências processuais	134
9.2.1.	Revelia operante	134
9.2.2.	Tramitação subsequente à revelia operante	136
9.2.3.	Revelia inoperante. Situações legais. Consequências processuais	139
10.	A defesa do réu	146
10.1.	Defesa por impugnação e/ou por exceção	146
10.1.1.	Defesa por impugnação	147

10.1.2.	Defesa por exceção	150
10.1.2.1.	Exceções dilatórias	151
10.1.2.2.	Exceções perentórias	154
10.2.	Princípio da concentração da defesa. Exceções	157
10.2.1.	Princípios da preclusão e da eventualidade	158
10.2.2.	Exceções ao princípio da concentração. Defesa separada e defesa diferida	159
10.3.	Ónus da impugnação. Efeito cominatório/probatório. Exceções	160
10.3.1.	Conteúdo	160
10.3.2.	Efeito cominatório/probatório. Exceções	161
11.	A reconvenção	164
11.1.	Defesa por exceção e reconvenção	164
11.2.	Facultatividade e autonomia da reconvenção	167
11.3.	Requisitos	170
11.3.1.	Requisitos processuais	170
11.3.2.	Requisitos materiais	174
11.3.3.	A reconvenção nas ações de simples apreciação negativa, no processo executivo e em outros processos e procedimentos especiais alternativos ou abreviados	181
SECÇÃO III. ARTICULADOS EVENTUAIS E EXTRAORDINÁRIOS		182
12.	A réplica	182
12.1.	Função. Conteúdo	182
12.2.	Oportunidade. Prazo. Efeitos da falta de apresentação	184
13.	Articulados extraordinários	185
13.1.	Articulados supervenientes	185
13.2.	Articulados judicialmente induzidos	187
13.3.	Outros requerimentos de natureza superveniente	189
14.	Termos posteriores aos articulados nas ações de valor não superior a metade da alçada da Relação	190
CAPÍTULO III. DA GESTÃO INICIAL DO PROCESSO E DA AUDIÊNCIA PRÉVIA		193
15.	Fase da Gestão Inicial do Processo e da Audiência Prévia. Caracterização. Finalidades	193

SECÇÃO I. GESTÃO INICIAL DO PROCESSO	194
15.1. Despacho pré-saneador	194
15.1.1. Oportunidade. Finalidades	194
15.1.2. Suprimento de exceções dilatórias e/ou sanção da falta de pressupostos processuais	195
15.1.3. Aperfeiçoamento dos articulados	197
15.1.4. Suprimento da falta de documento destinado a permitir a apreciação de exceções dilatórias ou o conhecimento (total ou parcial) do mérito da causa no despacho saneador	205
15.1.5. Regime. Natureza. Valor. Efeitos	206
SECÇÃO II. A AUDIÊNCIA PRÉVIA	210
15.2. A audiência prévia	210
15.2.1. Oportunidade. Designação. Ata	210
15.2.2. Finalidades principais	212
15.2.3. Finalidades eventuais	221
15.2.4. Preclusão	221
15.3. Inadmissibilidade. Dispensa. Reclamações	221
SECÇÃO III. DESPACHO SANEADOR	223
16. Despacho saneador	223
16.1. Oportunidade	223
16.2. Finalidades	223
16.3. Valor	230
SECÇÃO IV	231
17. Despacho de identificação do objeto do litígio e de enunciação dos temas da prova	231
17.1. Oportunidade. Razão de ser. Conteúdo	231
17.2. Critérios de enunciação	233
17.3. Valor. Modificabilidade	240
CAPTÍTULO IV. A INSTRUÇÃO. DIREITO PROBATÓRIO	243
SECÇÃO I. DIREITO PROBATÓRIO GERAL. CONCEITOS PROBATÓRIOS	244
18. A instrução do processo	244
18.1. Noção. Função	244
18.2. Conceito de prova. Definições doutrinárias associadas	245

19. Direito probatório	247
19.1. Direito probatório material	247
19.2. Direito probatório formal	248
20. Objeto das provas	248
20.1. O tema probatório	248
20.2. Necessidade de prova	253
SECÇÃO II. O ÓNUS DA PROVA	255
21. O Ónus da prova	255
21.1. O ónus da prova <i>versus</i> o ónus da alegação	255
21.2. Ónus da prova subjetivo e objetivo. Regras distributivas	257
21.3. Situações especiais	259
21.4. Inversão do ónus da prova	260
SECÇÃO III. MEIOS E TIPOS DE PROVA	266
22. Meios e tipos de prova	266
22.1. Classificação legal	266
22.2. Classificações doutrinárias	267
22.2.1. Provas legais e provas livres	267
22.2.2. Provas pré-constituídas e provas constituídas	269
22.2.3. Provas pessoais e provas reais	269
22.2.4. Provas diretas ou imediatas e provas indiretas ou mediatas	270
22.2.5. Provas históricas ou representativas e provas críticas ou indiciárias	270
23. Força probatória dos diversos meios de prova	271
24. Convenções sobre provas. Limites legais	273
25. Impugnação da admissibilidade ou da força probatória dos diversos meios de prova. Excepções probatórias	274
26. A ilicitude das provas	275
27. Procedimentos probatórios	278
27.1. Enunciação	278
27.2. Proposição das provas. Requerimentos probatórios	279
27.3. O contraditório na produção das provas	287
27.4. Gravação. Registo da prova	288
28. Prova por apresentação de coisas móveis ou imóveis	290
SECÇÃO IV. PROVA POR PRESUNÇÕES	290

29.	Prova por presunções. Força probatória	290
29.1.	Conceito	290
29.2.	Classificação	291
29.2.1.	Presunções legais	291
29.2.2.	Presunções naturais	292
SECÇÃO V. PROVA DOCUMENTAL		294
30.	Prova documental	294
30.1	Conceito de documento	294
30.2.	Apresentação da prova documental	295
31.	Classificação dos documentos	297
31.1.	Documentos autênticos. Força probatória	298
31.2.	Documentos particulares. Força probatória	305
31.2.1.	Caraterização. Espécies	305
31.2.2.	Força probatória	307
31.2.2.1.	Documentos particulares assinados	307
31.2.2.2.	Documentos particulares não assinados que não é costume assinar	311
32.	Cópias e reproduções mecânicas. Força probatória	314
33.	Documentos eletrónicos. Força probatória	316
33.1.	Enquadramento normativo. Noção	316
33.2.	Forma e força probatória	316
33.3.	Utilização da prova eletrónica em juízo	328
34.	Documentos <i>ad probationem</i> e <i>ad substantiam</i>	329
35.	Documentos legalizados no estrangeiro e legalização de documentos passados no estrangeiro	332
SECÇÃO VI. PROVA POR CONFISSÃO E POR DECLARAÇÃO DAS PARTES		333
36.	Prova por confissão	333
36.1.	A confissão. Conceito natureza jurídica	333
36.2.	Conceitos associados	334
36.3.	Espécies	335
36.3.1.	Confissão judicial. Modalidades. Força probatória	335
36.3.2.	Confissão em depoimento de parte. Força probatória	336
36.3.3.	Confissão em prestação de informações ou esclarecimentos ao tribunal. Impugnabilidade. Força probatória	341
36.3.4.	Confissão extrajudicial. Modalidades. Força probatória	343

37. A confissão com força probatória plena. Requisitos de eficácia	344
37.1. Razões da força probatória	344
37.2. Requisitos formais	345
38. A confissão com força probatória livre	349
39. Princípios comuns às diversas formas de confissão	349
39.1. Irretratabilidade	349
39.2. Indivisibilidade	350
40. Prova por declarações das partes. Força probatória	352
SECÇÃO VII. PROVA PERICIAL	355
41. Prova pericial	355
41.1. Objeto	355
41.2. Perícia singular e perícia colegial. Nomeação de peritos	356
41.3. Procedimento probatório	357
41.4. Segunda perícia	359
41.5. Valor probatório	360
SECÇÃO VIII. PROVA POR INSPEÇÃO	361
42. Prova por inspeção judicial	361
42.1. Objeto. Iniciativa. Valor probatório	361
42.2. Prova por verificações não judiciais qualificadas. Valor probatório	362
SECÇÃO IX. PROVA TESTEMUNHAL	363
43. Prova testemunhal	363
43.1. Noção e natureza	363
43.2. Admissibilidade	364
43.3. Inabilidades para depor	370
43.4. Proposição (oferecimento)	371
43.4.1. O rol de testemunhas. Limite legal. Alteração	371
43.4.2. Prerrogativas de inquirição	373
43.4.3. Impossibilidade de comparência por doença ou grave dificuldade	374
43.5. Procedimentos probatórios	374
43.6. Depoimento por escrito	379
43.7. Não comparência. Consequências	380
43.8. Substiuição	380
43.9. Incidentes do ato de inquirição	381

43.9.1.	Impugnação	381
43.9.2.	Contradita	381
43.9.3.	Acareação	382
43.10.	Abono de despesas e indenização	382
43.11.	Valor probatório	382
SECÇÃO X.	MEIOS DE PROVA DE GÊNESE ENDOPROCESSUAL	384
44.	Meios de prova de gênese endoprocessual	384
44.1.	Enunciação	384
44.2.	Valor probatório	384
SECÇÃO XI.	VALOR EXTRAPROCESSUAL DAS PROVAS	385
45.	Valor extraprocessual das provas	385
45.1.	Requisitos	386
45.2.	Âmbito	387
45.3.	Exclusão	388
CAPÍTULO V.	AUDIÊNCIA FINAL	389
46.	Audiência final	389
46.1.	Designação	389
46.2.	Requisição ou designação de técnico	390
46.3.	Realização. Causas de adiamento. Princípios a observar	390
46.3.1.	Causas de adiamento	390
46.3.2.	Publicidade e continuidade da audiência	391
46.4.	Juiz singular. Poderes do juiz. Plenitude da assistência do juiz	393
46.5.	Atos a praticar. Gravação. Ata	395
46.5.1.	Atos instrutórios	396
46.5.2.	Alegações orais. Audiência de técnico designado	396
CAPÍTULO VI.	A SENTENÇA	399
SECÇÃO I.	A SENTENÇA. ESPÉCIES. O SIMPLES DESPACHO	399
47.	A fase da sentença	399
47.1.	A sentença. O simples despacho	399
47.2.	Espécies de sentenças	402
47.3.	Prazo	402
47.4.	Competência	403

SECÇÃO II. ESTRUTURA E ELABORAÇÃO DA SENTENÇA. OBJETO.	
QUESTÕES A RESOLVER	403
48. Estrutura. Elaboração	403
48.1. Partes em que se decompõe	403
48.2. Poderes de cognição do juiz	404
48.3. Fundamentação de facto	408
48.3.1. Factos atendíveis	408
48.3.2. Análise crítica da prova	412
48.4. Fundamentação de direito. Subsunção ou qualificação jurídica. O silogismo judiciário	416
48.5. Questões a resolver. Ordem do julgamento	418
48.5.1. Questões de forma	418
48.5.2. Questões de fundo	420
48.6. Condenação em custas	422
48.6.1. Custas. Conceito	423
48.6.2. Regra geral	423
48.6.3. Regras especiais	425
48.7. Responsabilidade no caso de má-fé	431
SECÇÃO III. VÍCIOS DA SENTENÇA	433
49. Vícios da sentença. Retificação. Reforma	433
49.1. Espécies	433
49.2. Nulidade	434
49.3. Anulabilidade	434
49.3.1. Causas legais	434
49.3.2. Regime de arguição e decisão	442
49.4. Retificação de erros materiais	443
49.5. Reforma	444
49.5.1. Se couber recurso da decisão	444
49.5.2. Se não couber recurso da decisão	445
SECÇÃO IV. EFEITOS E REGISTO DA SENTENÇA	446
50. Efeitos e registo da sentença	446
50.1. O caso julgado	446
50.2. Esgotamento do poder jurisdicional	449
50.3. Exequibilidade	449
50.4. Hipoteca judicial	450

50.5. Outros efeitos de carácter substantivo	451
50.6. Registo	452
<b>TÍTULO II. IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.</b>	
<b>OS RECURSOS</b>	455
<b>CAPÍTULO I. MEIOS IMPUGNATÓRIOS</b>	455
SECÇÃO I. MEIOS IMPUGNATÓRIOS	457
51. Impugnação das decisões judiciais	457
51.1. O princípio do duplo grau de jurisdição	457
51.2. Meios impugnatórios	459
51.2.1. Razão de ser. Objeto	459
51.2.2. Espécies não recursais	460
51.2.3. Meios devolutivos e não devolutivos	461
<b>CAPÍTULO II. OS RECURSOS EM GERAL</b>	463
SECÇÃO I. NOÇÃO. CLASSIFICAÇÕES. DISCIPLINA LEGAL	463
52. Os recursos	463
52.1. Noção	463
52.2. Classificações doutrinárias	464
52.3. Classificação legal	472
52.4. O princípio da unicidade da instância	473
52.5. Terminologia recursal	476
53. Disciplina legal dos recursos cíveis	477
53.1. Recursos cíveis previstos no Código de Processo Civil	477
53.2. Recursos cíveis nos processos especiais	478
53.3. Recursos de natureza cível previstos em legislação avulsa e em outros diplomas de direito processual	478
SECÇÃO II. ADMISSIBILIDADE. LEGITIMIDADE	483
54. Admissibilidade e inadmissibilidade de recurso	483
54.1. Requisitos legais. Critérios de recorribilidade	483
54.2. Admissibilidade independentemente do valor da causa	485
54.3. Inadmissibilidade do recurso	487
54.3.1. Regras gerais	487
54.3.2. Despachos de mero expediente	487
54.3.3. Despachos proferidos no uso legal de um poder discricionário	488
54.3.4. Inadmissibilidades específicas	490

54.4.	Legitimidade para recorrer	490
54.5.	Perda do direito de recorrer. Renúncia ao recurso. Desistência do recurso	491
SECÇÃO III. RECURSO INDEPENDENTE E RECURSO SUBORDINADO. RECURSO POR ADESÃO		492
55.	Recurso independente e recurso subordinado. Recurso por adesão	492
55.1.	Recurso independente e recurso subordinado	492
55.2.	Recurso por adesão. Extensão do recurso aos compartes não recorrentes	496
SECÇÃO IV. INTERPOSIÇÃO. PRAZOS. FORMA. REQUISITOS. DELIMITAÇÃO OBJETIVA E SUBJETIVA. ALEGAÇÃO E CONTRA-ALEGAÇÃO		499
56.	Interposição do recurso. Prazos. Forma. Tramitação subsequente	499
56.1.	Prazos	499
56.2.	Requerimento. Instrução. Modo e forma	502
56.3.	Ónus de alegar e formular conclusões. Ónus específico do impugnante da matéria de facto	503
56.4.	Pagamento das taxas de justiça. Consequências da omissão	504
56.5.	Delimitação subjetiva e objetiva. Ampliação do âmbito a requerimento do recorrido	505
56.6.	Contra-alegação	505
SECÇÃO V. DESPACHO SOBRE O REQUERIMENTO DE INTERPOSIÇÃO. RECLAMAÇÃO		507
56.7.	Despacho sobre o requerimento de interposição	507
56.8.	Despacho de aperfeiçoamento	508
SECÇÃO VI. RECLAMAÇÃO CONTRA O INDEFERIMENTO		511
57.	Reclamação contra o despacho de não admissão	511
57.1.	Convolação do meio impugnatório	511
57.2.	Tramitação subsequente à reclamação. Distribuição. Decisão	512
57.3.	No âmbito do processo de trabalho	515
57.4.	No âmbito do recurso de constitucionalidade	516
CAPÍTULO III. RECURSOS ORDINÁRIOS		517
SECÇÃO I. RECURSO DE APELAÇÃO		517
SUBSECÇÃO I. Caraterização. Âmbito. Modo de subida. Efeito		517

58. A apelação	517
58.1. Caraterização. Âmbito	517
58.2. Apelações autónomas	518
58.3. Apelações de decisões interlocutórias	518
58.4. Modo de subida	520
58.5. Instrução do recurso com subida em separado	521
58.6. Efeito	522
58.6.1. Pedido de atribuição do efeito suspensivo. Traslado e prestação de caução	523
58.6.2. Junção de documentos	525
 SUBSECÇÃO II. A conferência. Poderes	 528
59. A conferência	528
59.1. Poderes/deveres do relator	528
59.2. Poderes/deveres dos adjuntos	531
59.3. Questões prévias. Não conhecimento do objeto	531
59.3.1. Erro quanto ao modo de subida	532
59.3.2. Erro quanto ao efeito do recurso	533
 SUBSECÇÃO III. Apelação da decisão de facto. Poderes da Relação	 533
60. Recurso da decisão de facto	533
60.1. Ónus específico do recorrente e do recorrido	533
60.2. Duplo grau de jurisdição em matéria de facto	535
60.3. Poderes da Relação em sede fáctica	538
60.3.1. Alteração da decisão	539
60.3.2. Renovação da produção da prova	545
60.3.3. Produção de novos meios de prova	547
60.3.4. Anulação da decisão	549
60.3.4.1. Anulação com base em deficiência, obscuridade ou contradição sobre pontos específicos da matéria de facto	549
60.3.4.2. Anulação com base na indispensabilidade da ampliação da matéria de facto	550
60.3.5. Determinação da fundamentação da decisão	551
 SUBSECÇÃO IV. Julgamento. Regra da substituição. Tramitação subsequente	 553
61. Julgamento sumário	553

61.1.	Conhecimento liminar ou abreviado do objeto	553
61.2.	Reclamação para a conferência	554
62.	Decisão definitiva. Modalidades. Regra da substituição	556
62.1.	Modalidades	556
62.2.	Regra da substituição ao tribunal recorrido	558
63.	Elaboração do projeto de acórdão. Tramitação subsequente	560
63.1.	Vistos	560
63.2.	Inscrição em tabela	560
63.3.	Discussão. Votações. Vencimento. Maioria. Desempate	562
63.4.	Estrutura do acórdão	564
63.5.	Assinatura do acórdão	565
63.6.	Publicidade do acórdão. Sumariação	566
63.7.	Vícios e reforma do acórdão	566
63.8.	Defesa contra demoras abusivas	566
63.9.	Baixa do processo ao tribunal <i>a quo</i>	568
SECÇÃO II. RECURSO DE REVISTA		568
SUBSECÇÃO I. Revista simples. Fundamentos. Interposição. Modo de subida. Efeito		568
64.	Recurso de revista	568
64.1.	Revista simples (normal). Âmbito. Regime	568
64.2.	Admissibilidade	569
64.3.	Inadmissibilidade. Dupla conforme	572
64.4.	Recurso de decisões interlocutórias	580
64.5.	Fundamentos da revista	581
64.5.1.	Elenco	581
64.5.2.	Amplitude do conceito de violação da lei substantiva	582
64.5.3.	Violação de normas emanadas dos órgãos competentes da União Europeia. O reenvio prejudicial	584
64.6.	Interposição	590
64.6.1.	Requerimento. Prazo. Alegações. Junção de documentos e pareceres	590
64.6.2.	Modo de subida. Efeito	592
SUBSECÇÃO II. Poderes do Supremo Tribunal de Justiça		593
65.	Poderes de cognição	593
65.1.	Regra geral: matéria de direito. Exceções	594

65.2. Questões de facto e questões de direito. Critérios delimitativos	596
65.3. Exemplos doutrinários e jurisprudenciais	598
SUBSECÇÃO III. Revista <i>per saltum</i>	604
66. Recurso de revista <i>per saltum</i>	604
66.1. Requisitos	604
66.2. Apreciação liminar pelo juiz do tribunal de 1ª instância	605
66.3. Apreciação liminar pelo Supremo Tribunal de Justiça. Admissão. Efeitos	606
SUBSECÇÃO IV. Julgamento da revista simples	608
67. Julgamento da revista (simples ou normal)	608
67.1. Aplicação subsidiária do regime da apelação. Exceções	608
67.2. Alegações (escritas) repetitivas ou redundantes	608
67.3. Alegações orais. Audiência de julgamento	610
67.4. Preparação da decisão	612
67.5. Âmbito do julgamento	613
67.6. Impugnabilidade da nova decisão proferida pelo tribunal <i>a quo</i>	617
67.7. Impugnabilidade dos acórdãos reformados	618
SUBSECÇÃO V. Revista excecional	619
68. Revista excecional	619
68.1. Requisitos	619
68.2. Ónus do recorrente	622
68.3. Controlo de admissibilidade	623
68.3.1. Pela Relação	623
68.3.2. Pelo Supremo. Poderes da “Formação” restrita instituída pelo nº 3 do artº 672º	624
SUBSECÇÃO VI. Apreciação de nulidades	628
69. Apreciação de nulidades	628
69.1. Anulação do acórdão recorrido	628
69.2. Reforma do acórdão recorrido	629
69.3. Efeitos do julgamento	630
SUBSECÇÃO VII. Julgamento ampliado de revista	631

70. Revista ampliada. Uniformização de jurisprudência	631
70.1. Caracterização. Recurso ordinário	631
70.2. Âmbito. Iniciativa. Proposta	632
70.3. Fundamentos	636
70.4. Julgamento. Especialidades. Força vinculativa	637
<b>CAPÍTULO IV. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	639
<b>SECÇÃO I. RECURSO PARA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA</b>	639
71. Recurso para uniformização de jurisprudência	639
71.1. Caracterização. Âmbito. Iniciativa	639
71.2. Fundamento. Legitimidade. Prazo. Efeito	640
71.3. Instrução do requerimento	644
71.4. Apreciação liminar	644
71.5. Julgamento. Especialidades	645
<b>SECÇÃO II. RECURSO DE REVISÃO</b>	646
72. Recurso de revisão	646
72.1. Natureza jurídica. Tramitação	646
72.2. Fundamentos	649
72.3. Legitimidade ativa. Terceiro prejudicado	662
72.4. Prazo: regras de contagem	664
72.5. Tribunal competente	665
72.6. Admissão do recurso. Efeito devolutivo. Prestação de caução	668
72.7. Fases	669
72.7.1. Fase rescidente	669
72.7.2. Fase rescisória. Natureza jurídica. Termos a seguir quando a revisão é julgada procedente	672
<b>CAPÍTULO V. OS RECURSOS NO PROCESSO EXECUTIVO</b>	675
73. Os recursos no processo executivo	675
73.1. Recursos ordinários	675
73.2. Recursos extraordinários	679
<b>TÍTULO III. O CASO JULGADO</b>	681
<b>CAPÍTULO I. NATUREZA JURÍDICA. FORÇA VINCULATIVA</b>	681
74. O caso julgado. O trânsito em julgado	682
74.1. Conceitos	682
74.2. Caso julgado formal e caso julgado material	684

74.3. Força vinculativa. Uniformização dos julgados. O precedente judicial	686
74.4. Contradição de julgados	688
<b>CAPÍTULO II. LIMITES SUBJETIVOS</b>	<b>691</b>
75. Limites subjetivos	691
75.1. Casos especialmente regulados na lei	694
75.1.1. Nas ações relativas a obrigações solidárias	694
75.1.2. Nas ações relativas ao estado das pessoas	696
75.1.3. Nas ações com substituição processual	699
75.2. Eficácia indireta ou reflexa	700
75.2.1. Terceiros juridicamente indiferentes	702
75.2.2. Terceiros juridicamente interessados	703
<b>CAPÍTULO III. CASO JULGADO MATERIAL. LIMITES OBJETIVOS</b>	<b>709</b>
<b>SECÇÃO I. JULGADO EXPLÍCITO</b>	<b>709</b>
<b>SUBSECÇÃO I. Caso julgado material. Limites</b>	<b>709</b>
76. Caso julgado material. Limites objetivos	709
76.1. A tripla identidade	709
76.2. Teoria material e teoria processual	711
76.3. Efeitos. Concessões ampla e restrita	712
76.4. Efeito preclusivo do caso julgado	715
76.5. Caso julgado material e autoridade de caso julgado	719
76.6. Limites temporais. Preclusão. Princípio <i>rebus sic stantibus</i>	725
<b>SUBSECÇÃO II. Extensão do caso julgado material</b>	<b>730</b>
76.7. Questões não cobertas	730
76.7.1. Questões impertinentes, <i>obiter dicta</i> e questões ultrapassadas	730
76.7.2. Fundamentação de facto	732
76.7.3. Situações específicas	733
<b>SECÇÃO II. JULGADO IMPLÍCITO</b>	<b>738</b>
77. Caso julgado implícito. Noção	738
77.1. Julgado implícito e omissão de pronúncia	740
77.2. Questões cobertas	742
77.2.1. Fundamentos da decisão. Interpretação da sentença	742
77.2.2. Antecedentes lógicos da decisão	746

SECÇÃO III. CASO JULGADO PENAL. FORÇA PROBATÓRIA	750
78. Caso julgado penal: seus efeitos no processo civil	750
78.1. Decisão final condenatória	750
78.2. Decisão final absolutória	753